

CORREIO DO SERVIDOR

POR
ANDRE SOUZA

Leonardo Sá/Agência Senado



Servidores que vão disputar eleições devem deixar cargos

Eleições 2026: restrições para servidores a partir de abril

A janela partidária das Eleições 2026 termina nesta sexta-feira (3), prazo final para que deputados federais, estaduais e distritais troquem de legenda sem risco de perda do mandato, conforme regras do TSE. O período, iniciado em 5 de março, permite rearranjos políticos antes do pleito de outubro e intensifica negociações entre partidos. Para servidores públicos, o calendário eleitoral exige atenção: autoridades que pretendem disputar as eleições devem se afastar dos cargos até 4 de abril, conforme regras de desincompatibilização. Já a partir de 4 de julho, ficam proibidas nomeações, contratações e concessão de vantagens, salvo exceções legais, para evitar uso da máquina pública e garantir equilíbrio na disputa eleitoral.

SP: Servidor aposentado é readmitido

A Justiça de Taubaté (SP), determinou que a prefeitura readmita em 30 dias um servidor aposentado compulsoriamente por invalidez psiquiátrica. A decisão anulou a aposentadoria por falta de fundamentação técnica, reconhecendo que o trabalhador tem transtorno de ansiedade em remissão, mas não apresentava incapacidade para exercer suas funções. O caso também envolve denúncias de perseguição homofóbica no ambiente de trabalho.

Fernando Frazão/Agência Brasil



SP tem 3,5 milhões de estudantes na rede estadual

Greve de professores em São Paulo

A Apeoesp, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, comunicou que está mantida a paralisação dos professores da rede estadual paulista nos dias 9 e 10 de abril, aprovada em assembleia da categoria. A mobilização tem sido divulgada em todas as unidades regionais da entidade e prevê suspensão das aulas, realização de atos regionais e diálogo com estudantes e comunidades escolares. Também está marcada nova assembleia no dia 10, às 16h, em frente ao Masp, na capital, quando será avaliada a continuidade do movimento.

SP tem 190 mil professores estaduais

Entre as reivindicações estão a aplicação correta do piso salarial nacional, melhores condições de trabalho, convocação de professores concursados e atribuição mais justa de aulas. A rede estadual de São Paulo é a maior do país, com cerca de 190 mil docentes e aproximadamente 3,5 milhões de estudantes matriculados, o que pode ampliar o impacto da paralisação nas escolas públicas estaduais.

Auxílio Alimentação

O Governo federal publicou a Portaria 2.756/2026, reajustando o auxílio-alimentação dos servidores públicos federais para R\$ 1.192,00 mensais. O aumento acumulado entre 2023 e 2026 é de 160%, garantindo a reposição da inflação dos últimos quatro anos e recuperação parcial de perdas anteriores.

Mais benefícios

O novo valor do auxílio-alimentação passou a valer em 1º de abril, com a diferença a ser paga na folha de maio. A medida foi negociada na Mesa Nacional de Negociação Permanente pelo Ministério da Gestão e da Inovação e inclui reajustes em benefícios como assistência pré-escolar e à saúde suplementar.

Greve na EBSEH

Os trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) decidiram manter a greve nacional após rejeitarem proposta patronal que oferecia apenas reposição pela inflação (100% INPC), sem ganho real. A assembleia indicou continuidade do movimento e reforçou a luta por avanços salariais e sociais.

Greve na EBSEH II

Diante da recusa da categoria, a Ebserh ingressou com pedido de dissídio coletivo de greve no Tribunal Superior do Trabalho. A Justiça determinou a manutenção de, no mínimo, 80% do efetivo em atividade sob pena de multa. O Condsef/Fenadsef orienta cumprimento da decisão e registra a participação de menos 15 estados na greve.

Servidor do STJ preso

O ministro do STF Cristiano Zanin decretou a prisão preventiva de ex-servidor do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspeito de integrar esquema de venda de sentenças judiciais. A ação da Polícia Federal ocorreu após mandados de busca e apreensão e indícios de tentativa de obstrução das investigações.

Governo do RJ

O governo do Rio de Janeiro decidiu antecipar o pagamento do salário dos servidores estaduais na Semana Santa. A medida permitiu que os trabalhadores recebessem os valores no dia 2 de abril, antes do feriado prolongado, para possibilitar a programação das compras durante o período de Páscoa.



Mesa Nacional de Negociação Permanente realizada em março

Fórum discute volta do quinquênio a servidores

Decisão do STF sobre juízes pode beneficiar outras carreiras

Andre Souza

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) iniciou a elaboração de um projeto para restabelecer o adicional por tempo de serviço — conhecido como quinquênio — para servidores públicos. A iniciativa foi apresentada durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada no fim de março, e ocorre após decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à manutenção do benefício para magistrados. Durante o encontro, o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, solicitou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) que a retomada do adicional passe a integrar a pauta das próximas negociações com o governo federal. Segundo a entidade, a discussão ganhou força após o entendimento do STF que preservou o pagamento do adicional por tempo de serviço no Judiciário, reacendendo o debate sobre tratamento isonômico entre carreiras públicas. Para Marques, a diferenciação entre categorias não se justifica. “Todos somos servidores e contribuimos com o nosso trabalho para que o Estado brasileiro cumpra as suas funções.” - disse.

O Fonacate informou que prepara um projeto com base em iniciativas já em tramitação no Congresso Nacional, com o

objetivo de resgatar o benefício para o conjunto dos servidores públicos. O adicional por tempo de serviço consiste em um acréscimo remuneratório concedido conforme os anos de exercício no cargo, tradicionalmente calculado em percentuais acumulados ao longo da carreira. Na mesma reunião, o governo apresentou benefícios pagos ao funcionalismo federal, incluindo novos valores para auxílio-alimentação, assistência pré-escolar e auxílio-saúde, que já entraram na folha desse mês de abril. Ainda assim, representantes das entidades avaliaram que houve poucos avanços nas reivindicações apresentadas pelos servidores.

Descongela

Durante a pandemia, a contagem do tempo de serviço para benefícios como o quinquênio foi suspensa pela Lei Complementar 173/2020. Após o período de restrições, alguns estados e municípios retomaram a contagem do tempo perdido, mas no serviço público federal o quinquênio ainda não voltou integralmente. A decisão recente do STF que manteve o pagamento do quinquênio para juízes e promotores abriu precedente jurídico para que outros segmentos do funcionalismo reivindiquem a retomada do benefício, funcionando como parte do chamado “Descongela”, que busca recompor direitos suspensos na pandemia.